

AP-12 Saibamos pôr os pés na nossa terra fértil de esperanças, de experiências e de riqueza

— Presidente Samora na abertura da 12.ª Sessão da Assembleia Popular

O Presidente Samora Machel fez ontem, ao abrir a 12.ª Sessão da Assembleia Popular, uma síntese das múltiplas tarefas realizadas desde há um ano. Ao concluir esta análise, feita através de um discurso de cerca de 80 minutos, e que aqui publicamos na íntegra, o Chefe do Estado apelou para que uma vez mais «saibamos hoje também pôr os pés na nossa terra fértil de espe-

Senhores Deputados
da Assembleia Popular,
Senhores membros
do Corpo Diplomático,
Senhores Convidados,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Damos início aos trabalhos da 12.ª Sessão da Assembleia Popular, órgão supremo do Poder de Estado no nosso País.

O caminho percorrido desde a última sessão até à presente, foi preenchido de grandes realizações na área política e na actividade estatal, foi um caminho de alguns sucessos mas também de dificuldades que ainda hoje enfrentamos.

Com viva emoção saudamos os Deputados que percorreram esse longo e difícil caminho e, vindo de todos os lados do País, aqui estão no cumprimento do seu mandato de representantes eleitos do Povo moçambicano.

Nos Senhores Deputados saudamos todos os cidadãos que, nas várias frentes de combate, se engajam na Defesa da Pátria, na luta contra o subdesenvolvimento e na construção do Socialismo. No patriotismo generalizado sem limites do Povo que representamos, reside a certeza da Vitória, nesta luta que de todos exige coragem, dedicação e heroísmo.

Manifestamos o nosso agradecimento aos senhores membros do Corpo Diplomático que nos dão a honra de aqui estar connosco, e, através de Vossas Excelências, saudamos os povos e governos dos países que representam tanto a nós.

A vossa presença entre nós é prova da vontade comum de dar continuidade ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação pela paz, pelo progresso e pelo bem-estar dos nossos povos.

É também com renovada alegria que, uma vez mais, temos aqui presentes cidadãos moçambicanos, vindos de todos os sectores de actividade socio-económica e política e que com a sua participação nesta sessão trarão um contributo de inestimável valor, que é já uma tradição e que deve ser preservada.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

A actividade do nosso País, no período que decorreu desde a última sessão desta Assembleia, foi marcada por realizações de inovadora importância para a vida do Povo moçambicano e para a criação de um clima de Paz na África Austral.

Com efeito, a realização do IV Congresso do Partido Frelimo abriu uma nova etapa no desenvolvimento da República Popular de Moçambique.

A profunda análise da situação do País e as directivas concretas e precisas que foram definidas, deu um impulso criador às grandes orientações traçadas — a Defesa da Pátria, a luta contra o subdesenvolvimento e a construção do Socialismo.

As tarefas grandes e difíceis, cuja realização consumiu a quase totalidade dos esforços dos dirigentes e petulantes a todos os níveis.

Concentramos a nossa acção nas três trenta prioridades definidas pelo IV Congresso.

Na área da Defesa, intensificou-se o processo de reorganização global da estrutura defensiva do País para melhor adequar às exigências de combate na luta pela liquidação dos bandidos armados.

Os resultados positivos ficaram patentes nas grandes vitórias alcançadas pelas nossas Forças, que rechaçaram os bandidos de muitas zonas e libertaram populações sujeitas ao terror e opressão.

A correlação de forças a nosso favor colocou os bandidos numa situação de fuga, retirando-lhes a iniciativa e criando condições favoráveis à sua rápida liquidação.

A implementação paralela das directivas na área económica, permitiu consolidar estas vitórias, não obstante o facto de quase mais de metade do nosso País ter sido afectado pelas calamidades naturais, primeiro pelas secas prolongadas e depois pelas grandes cheias no Sul, provocadas pela depressão tropical Domoina.

Abriram-se perspectivas de melhoria das condições de vida após o Congresso do Partido Frelimo.

Lançámos mão às nossas capacidades internas, desenvolvemos um esforço louvável que teve a adesão de todo o povo trabalhador no combate contra a fome.

Reorganizámos o nosso Aparelho de Estado, colocámos muitos dos nossos melhores quadros na realização destas tarefas.

Membros do Bureau Político do Partido Frelimo foram colocados a dirigir províncias do nosso País.

Procedemos a uma remodelação governamental que levou ao reforço dos Ministérios de Soberania — Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior, Ministério da Justiça e o SNASP.

Afectámos um considerável número de quadros na direcção da Economia e na Produção, criámos novos Ministérios e Secretarias de Estado.

Aumentámos, assim, a capacidade de decisão ao nível local, o que se manifestou na multiplicidade de realizações positivas, cujos reflexos se fazem sentir em muitas áreas do nosso País. Estes sucessos não têm ainda um impacto visível no quadro global da nossa economia, que atraíssava hoje a sua mais grave crise.

A terceira grande actividade do Estado foi na frente diplomática.

ranças, de experiências e de riqueza. Saibamos olhar de cabeça erguida os erros que cometemos e reconhecer os como nossos, sem hesitação, sem subterfúgios, para que melhor e mais rapidamente os possamos corrigir».

se a distribuição de quadros com prioridade para o sector produtivo.

Foi desencadeada a «Operação Produção» com o objectivo de orientar a população excedentária dos centros urbanos para actividades produtivas no campo.

A redução da actividade económica das unidades de produção nas cidades não permite absorver toda a população activa, aumentando desse modo o desemprego. Por outro lado, deu origem ao subemprego de trabalhadores. Estes ocupam postos de trabalho continuando a receber salários sem produzir ou produzindo pouco.

De igual modo, o problema do abastecimento viu-se agravado, pois com a mesma quantidade de bens de consumo temos que abastecer mais gente, e gente que não produz.

Aumentou então a fome. Multiplicaram-se os circuitos da candonga. O parasitismo, a marginalidade e a criminalidade proliferaram facilmente.

Com esta «Operação», passaremos a controlar a população excedentária dos centros urbanos, conteremos o desemprego e o subemprego que se institucionalizou em muitas unidades de produção e no Aparelho do Estado.

A «Operação Produção» não é só uma transferência de problemas da cidade para o campo. Ela tem de alcançar o objectivo que é a reinserção do homem na produção, a transformação do improdutivo parasitário em produtor socialmente útil.

Por isso, nós definimos a «Operação Produção» como aspecto da Ofensiva Política e Organizacional. Ela é então permanente.

Importa ver em que medida se atingiram os objectivos definidos, que sucessos foram alcançados já e que aspectos devem merecer maior atenção para que o processo prossiga correctamente.

Saudamos a importante participação das estruturas de base ao nível de cada Bairro, bem como a adesão de milhares de cidadãos de diferentes sistemas políticos e económicos no esforço do desenvolvimento económico socialista da República Popular de Moçambique.

As visitas efectuadas a vários países da Europa abriram novas perspectivas diplomáticas e económicas.

Existe maior compreensão internacional das nossas posições e das nossas necessidades e potencialidades.

Rompermos o bloqueio internacional que estava a ser criado à volta do país. Lançámos o processo da negociação da dívida externa que contraiu para fazer face aos problemas económicos do país.

Estamos a negociar a adesão ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e à Convenção de Lomé.

Pára facilitar os investimentos estrangeiros privados no país, no âmbito das decisões do IV Congresso do Partido Frelimo, está já em fase adiantada a preparação da Lei de Investimentos Estrangeiros.

As acções iniciadas a nível interno e os resultados já alcançados a nível internacional, criaram novas condições para o desenvolvimento económico e social do país, criaram novas condições para o estabelecimento da Paz a que o nosso povo aspira.

O esforço só produzirá resultados se nos envolvermos decididamente nas batalhas que temos pela frente.

Estas batalhas têm de ser realizadas por nós e têm de ser vencidas com o nosso sacrifício e nossa dedicação.

As batalhas principais encontrem-se no combate aos bandidos armados e no combate à fome.

Senhora Defesa e Segurança não é possível reactivar a economia e resolver os nossos problemas fundamentais.

Os bandidos armados estão desesperados. No seu estéril podem praticar ainda crimes hediondos. Constitui preocupação central de todas as estruturas a liquidação dos bandidos armados.

A nível da economia, os Senhores Deputados terão a oportunidade de discutir o Plano Estatal Central e o Orçamento Geral do Estado para 1984.

No processo da discussão destes dois importantes instrumentos da direcção da economia, teremos a ocasião de constatar que o momento é difícil mas as perspectivas são boas, saibamos definir em cada sector o fundamental e assegurar com a participação dos trabalhadores que o essencial seja realizado.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

O IV Congresso do Partido Frelimo analisou profundamente as causas das nossas dificuldades económicas e para fazer face à situação económica do país foram adoptadas medidas de carácter global e sectorial.

Muitas medidas já foram postas em prática e outras têm de ser implementadas urgentemente. Contudo, os efeitos destas medidas ainda não se fazem sentir em toda a sua extensão e em todos os pontos do país.

No quadro do combate contra a fome foi dada prioridade ao sector familiar e o intenso trabalho de mobilização, permite perspectivar aumentos na produção familiar.

Procedeuse à distribuição de milhares de hectares de terras férteis ao sector familiar e privado, incluindo áreas com infraestruturas de regadio.

As populações do Norte e Sul do país responderam activamente ao apelo lançado no combate à fome, inventaram meios para trabalhar a terra. Encontraram forças para combater os bandos armados, encontraram forças para lutar contra a fome.

No entanto, na parte sul do nosso país, o enorme esforço realizado pelos camponeses viu-se destruído pelas calamidades que nos assolaram: a seca, o ciclone e as inundações.

No Norte, há perspectivas reais de aumentos significativos da produção familiar, em particular nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia.

Os pequenos projectos de âmbito local, já começam a dar resultados em algumas zonas do nosso país.

O apoio a estas acções e a sua expansão, contando com as nossas próprias forças, contribuirá grandemente para a solução dos problemas alimentares da população.

A experiência já adquirida nas Zonas Verdes de algumas cidades do país, indica-nos que o seu desenvolvimento constitui tarefa de todos nós, de modo a contribuir para a melhoria alimentar nas cidades.

Foi reforçado o Aparelho de Estado da Direcção da Economia. Procede-

do exército sul-africano, causaram à economia moçambicana, só em 1982, prejuízos da ordem dos 330 milhões de dólares.

Se somarmos os efeitos acumulados destes factores, os prejuízos totais ascendem a mais de 4,2 bilhões de dólares, o que corresponde às nossas necessidades normais em combustíveis para 20 anos.

Estes prejuízos em divisas afectaram toda a economia. Falta-nos dinheiro para comprar capulanas e enxadas para o camponês. Falta-nos dinheiro para comprar combustíveis e

gestão das empresas. O Plano passou a ser uma realidade.

Como consequência desta acção e não obstante continuarem a subsistir os efeitos das causas externas, em 1981 tivemos o melhor ano económico depois da independência. A actividade económica cresceu em 7% e o nível de exportações foi o maior depois da independência.

Criaram-se perspectivas para uma melhoria gradual da situação nos anos seguintes. Contudo, devido ao agravamento do boicote e à deterioração das condições de segurança, a situa-

tivamente bens e serviços, mantendo cidadãos para os quais não tem trabalho ou pagando salários exagerados.

Continuam a registar-se baixas sistemáticas de produção e de produtividade sem uma justificação sensata e convincente.

As empresas são a principal célula da nossa economia. É a partir delas que se organiza a economia e que se materializa a política económica. As empresas são o instrumento de execução; são as pernas e os braços da economia.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Profundas transformações de carácter organizativo têm sido empreendidas no seio das nossas Forças Armadas, para capacitar-las a cumprir com êxito a sua missão.

De entre as medidas tomadas destacam-se:

- o reforço dos Comandos Militares Provinciais, em particular nas províncias da Zambézia, Sofala e Inhambane;
- o reforço das estruturas de Direcção do Ministério da Defesa Nacional, para garantir uma eficiente direcção das tropas e dos serviços;
- as melhorias introduzidas ao nível do treino e preparação combativa, quer de soldados, quer de sargentos e oficiais, com o desenvolvimento dos Centros de Instrução, concebidos como forma de novo soldado e patriota moçambicano, força da Unidade Nacional, que devem materializar e reflectir hoje, tal como Kongwa e Nachingwea ontem, as gloriosas tradições das Forças Populares de Libertação de Moçambique;
- a introdução do novo Regulamento Básico Militar, que vai permitir reforçar a disciplina e a organização das Forças Armadas, pondo em prática, os princípios normativos na vida das Unidades, desde a caserna e o aprumo militar, até às normas de cortesia e deferência, permitindo, sobretudo, a melhoria da prontidão combativa bem como o relacionamento dos soldados com as populações;
- a aprovação e entrada em vigor do novo Regulamento de Vencimentos das Forças Armadas, instrumento que permite estabelecer a uniformização de salários e a institucionalização das carreiras militares.

Todas estas medidas permitiram revitalizar tacticamente a estratégia que sempre foi nossa, de fazer do Homem o factor decisivo.

A par destas acções, no prosseguimento da ofensiva desencadeada em 1982, aprofundou-se o combate aos bandidos. A acção inimiga e o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas criaram uma vulnerabilidade extremamente grande do país às calamidades naturais.

Não foi possível nem era desejável recorrer a créditos para continuar a manter uma situação artificial de abastecimento à população e de aprovisionamento à indústria.

A par destas enormes dificuldades, os esforços de manter a economia em funcionamento, foi indispensável iniciar projectos para preparar o futuro.

Neste quadro, estão em curso empreendimentos importantes tais como:

- as linhas de alta tensão;
- as barragens de Corumane e de Pequenos Libombos;
- a construção de novos regadios;
- a construção da fábrica têxtil de Mocuba;
- o aumento da capacidade produtiva no sector de canavão e pegmatites;
- o aumento da capacidade na indústria pesqueira.

Estas iniciativas que preparam o futuro são realizadas com créditos destinados a estes objectivos específicos e não podem ser utilizados para as necessidades do dia-a-dia da economia.

No quadro do combate contra a fome foi dada prioridade ao sector familiar e o intenso trabalho de mobilização, permite perspectivar aumentos na produção familiar.

Procedeuse à distribuição de milhares de hectares de terras férteis ao sector familiar e privado, incluindo áreas com infraestruturas de regadio.

As causas apresentadas não nos devem levar a ignorar as nossas insuficiências, os erros que temos vindo a cometer e que persistem ainda hoje.

As empresas estatais e as intervenções acumulam prejuízos incompatíveis para a nossa economia.

Os montantes de salários continuam a crescer sem a contrapartida do aumento de produção.

Verifica-se que importante percentagem da força de trabalho está subempregada. Assistiu-se impunemente à utilização indevida dos bens do Estado e das empresas estatais.

O exemplo da má utilização vem imenso, por vezes, de responsáveis a diferentes níveis, que requisitam para fins pessoais, materiais de construção, viaturas, equipamento, peso-eira e outros meios. Realizam despesas incomportáveis para os seus salários e têm um modo de vida que não está nas nossas tradições.

Os meios afectos às Empresas e ao Estado são o resultado do trabalho e dos sacrifícios do nosso povo.

A requisição indiscriminada destes meios, a sua apropriação abusiva, é um crime contra o povo. É uma utilidade que não serve o interesse da economia.

As poucas divisas existentes foram utilizadas para adquirir os bens de consumo e matérias-primas para a indústria. Contraíram-se dívidas para compensar a falta de receitas e adquirir meios indispensáveis.

Procedeuse à organização do sistema da direcção da economia e de

Deputados da Assembleia Popular, aclamando o discurso do Presidente Samora Machel

zia, onde centenas de bandidos foram abatidos e foi capturado muito armamento e diverso equipamento e munições.

Em consequência destas acções, temos hoje também em nosso poder, milhares de bandidos armados que foram feitos prisioneiros.

Cada dia que passa, em resultado de cada combate que realizamos, mais bandidos se entregam com as respectivas armas.

Saibamos pôr os pés na nossa terra fértil

(CONTINUADO DA PÁG. ANTERIOR)

criminação racial e pela igualdade entre todas as raças na África do Sul.

Este processo conduziu à assinatura do Acordo de Nkomati entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul, no dia 16 de Março de 1984.

O Acordo de Nkomati é uma vitória do nosso povo e constitui um passo importante na implementação da política socialista de Paz reafirmada pelo IV Congresso.

Neste contexto, o Presidente da República Popular de Moçambique visitou Portugal, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Jugoslávia, França e as Comunidades Económicas Europeias. Nestas visitas, a República Popular da Moçambique criou uma imagem que permitiu granjear o apoio para a nossa política independente e da paz.

Foi nossa preocupação explicar

nesses países as causas dos problemas que enfrentamos na nossa zona, e demonstrar que o único factor desestabilizador na África Austral era o regime do apartheid, que com a sua política agressiva tentava transferir para os países vizinhos os seus conflitos e contradições internas e impor a sua política hegemônica.

Explícamos a natureza da nossa política socialista de paz, de independência e de cooperação com todos os países, independentemente dos seus sistemas político, económico e social.

Nestas visitas corrigimos a imagem deturpada que em alguns países existia sobre a República Popular de Moçambique.

Estas visitas contribuíram para a compreensão da globalidade dos problemas que afectam o Continente Africano e, em particular, a África Austral.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

No quadro da materialização da nossa política de paz, de boa vizinhança e de coexistência pacífica com os países da zona, foram estabelecidos contactos com as autoridades sul-africanas, com vista a diminuir a tensão na zona e definir regras para um relacionamento pacífico entre os dois Estados vizinhos, dentro dos princípios universalmente aceites de convivência entre as Nações.

Nas conversações com a África do Sul, reafirmámos com vigor os princípios da nossa política socialista de Paz, condenámos firmemente o sistema do apartheid e a sua política de bantustanização e reiterámos o nosso apoio político, diplomático e moral ao ANC, que luta pela democracia, pela justiça, contra a

o estabelecimento de Embaixadas e a nomeação de Embaixadores para: Estados Unidos da América, República Popular da China, República Democrática Alemã, Cuba, Etiópia e OUA.

O trabalho diplomático permitiu consolidar as relações existentes entre os Estados e identificar áreas de interesse recíproco para o desenvolvimento da cooperação económica, comercial, militar, científico-técnica e cultural, permitiu reforçar o nosso prestígio internacional, contribuir para o isolamento do regime racista do apartheid e vincar de forma clara a personalidade do povo moçambicano e abrir caminhos para o reforço da cooperação aos vários níveis com o Ocidente.

Neste período foi com pesar que assistimos ao desaparecimento de grandes estadistas que não se pouparam a esforços na luta pelo estabelecimento do diálogo entre os povos.

Referimo-nos a Yuri Andropov, Presidente do Soviete Supremo da URSS, a Ahmed Sekou Touré, Presidente da República Popular Revolucionária da Guiné e a Edward Sokoine, Primeiro-Ministro da República Unida da Tanzânia.

Aqui constatámos uma convergência de opiniões sobre a actual situação política e económica do nosso Continente, e uma determinação de prosseguir o combate pela libertação total dos povos africanos.

Participámos na Cimeira de Bissau. A amizade e a solidariedade entre os Cinco Países que sofreram o mesmo colonialismo, contuam a aprofundar-se através do desenvolvimento contínuo da cooperação que se vai alargando. Sentimos que o espírito comum de engajamento na construção da prosperidade dos nossos povos se reforça cada vez mais.

Salientamos ainda como principais acções do nosso Estado:

- a Cimeira da OUA onde demos uma contribuição activa para o reforço da unidade dos países africanos;

- a participação na Cimeira realizada em Maputo dos Chefes de Estado e de Governo nos Países Membros da SADC, instrumento para a independência económica dos países da África Austral.

O reforço da identidade dos pontos de vista e a concertação de posições, possibilitaram o aprofundamento da nossa estratégia de combate na luta comum que travamos contra o subdesenvolvimento.

Envidaremos todos os esforços para que, no quadro dos sistemas das Nações Unidas, sejam observados os princípios e objectivos da Carta desta Organização.

A Organização de Unidade Africana é o nosso instrumento de combate. Mantemos os firmes na defesa dos princípios e objectivos consagrados na sua Carta.

Engajamo-nos a reforçar a frente anti-imperialista representada pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, na defesa dos princípios que constituem a essência da sua fundação.

A actividade diplomática da República Popular de Moçambique, deve prosseguir com maior vigor.

As acções iniciadas e os resultados já alcançados a nível internacional criaram novas condições para o desenvolvimento económico e social do país, criaram novas condições para o estabelecimento da paz que o nosso povo aspira.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

A presente Sessão da Assembleia Popular realiza-se há mais de um ano após a última sessão. Não se observou, portanto, a periodicidade prevista, a qual é de duas sessões ordinárias por ano.

São várias as razões que explicam esta situação. Como já referimos, o IV Congresso do Partido Frelimo definiu tarefas e directivas fundamentais para a vida da Nação.

A implementação dessas directivas exigiu dos órgãos do Estado uma importante concentração de esforços nas áreas decisivas da Defesa e da frente diplomática.

Tivemos que prosseguir mais vigorosamente a ofensiva contra os bandidos armados, ao mesmo tempo que desencadeámos, ao mais alto nível do nosso Estado, uma acção na frente diplomática visando romper o cerco a que estávamos sendo submetidos.

Com esta ofensiva, clarificou-se o papel agressivo e desestabilizador do regime do apartheid na nossa zona.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

A concorrência de tarefas inadiáveis, aliada à limitação dos recursos humanos disponíveis, não permitiu que em 1983 se realizassem as eleições gerais que se deviam seguir ao IV Congresso do Partido Frelimo.

A presente Assembleia viu-se assim na necessidade de prolongar o seu mandato. As razões apontadas também não permitiram que se realizasse mais cedo a 12.ª Sessão da Assembleia Popular.

A realização de Eleições Gerais para a nova Assembleia deve ser objecto de discussão durante a presente sessão.

É oportuno, e antes das próximas eleições, analisar com a necessária

objectividade e rigor, como é que o princípio da unidade do poder se articula com o princípio da separação de funções.

As Assembleias são os órgãos superiores do poder de Estado nos vários escalões, elas detêm esse poder unitário do Estado.

Até que ponto os executivos prestam efectivamente contas às Assembleias?

O princípio da unidade do poder não pode confundir-se, na prática com a diluição de responsabilidades, com a não responsabilização efectiva dos órgãos executivos, ou necessariamente com a acumulação de funções.

Esta reflexão que devemos fazer não é um exercício abstrato ou académico. Trata-se de fazer a análise concreta do funcionamento das nossas Assembleias.

Cada um de nós tem a sua experiência concreta e a partir dela que deve contribuir para a discussão.

Enriquecidos por este debate e pelas lições que formos capazes de colher, aqui e nas Assembleias dos outros escalões, podermos perspective melhor o que serão as novas Assembleias a serem eleitas nas próximas eleições gerais.

Poderemos definir mais claramente nas leis e regulamentos o modo como elas devem funcionar. Antes de finaltermos o nosso mandato, devemos levar a cabo esta importante tarefa para a consolidação da democracia popular na nossa Pátria.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

É votação das Assembleias ocupadas dos problemas fundamentais que dizem respeito à vida do povo, a melhoria das suas condições de vida material e espiritual.

Desde sempre constituiu preocupação nossa o problema da legalidade.

Legalidade entendida como conjunto de princípios e normas que encerram a nossa ética, a ética da Revolução moçambicana.

Por se tratar de uma questão que se prende tão intimamente com a paz social, com a ordem pública, com a segurança e tranquilidade necessárias a cada cidadão, a cada família, em várias ocasiões fizemos a radiografia pública dos erros e das violações que põem em causa esses princípios.

As Assembleias, em particular a Assembleia Popular, não se podem manter indiferentes ou ignorar os problemas da legalidade.

Na presente sessão e dentro da análise do funcionamento das Assembleias, os Deputados devem pronunciar-se sobre o estado da legalidade no país, os problemas existentes no país, as medidas que têm sido tomadas ou que devem ser tomadas.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Esta é a síntese das múltiplas tarefas que realizámos e do muito que temos ainda por realizar.

A responsabilidade que pesa sobre nós é grande. São imensas as tarefas que hoje temos de enfrentar. Mas a capacidade de que já demos prova, a capacidade do nosso povo é ainda maior.

Nós somos a geração do 25 de Setembro. Triunfámos na luta pela Independência do nosso país, somos os fundadores do primeiro Estado moçambicano, socialista.

As vitórias de que nos orgulhamos, que dignificam e prestigiam a nossa pátria e o homem moçambicano, foram alcançadas pela nossa coragem, pelo nosso heroísmo, pela nossa determinação.

Soubemos sempre vencer os grandes obstáculos que dificultaram a nossa marcha porque, no povo, fizemos da vontade colectiva a nossa arma, fizemos da verdade a nossa maior arma.

Salbamos hoje também pôr os pés na nossa terra fértil de esperanças, de experiências e de riqueza. Saibamos olhar de cabeça erguida os erros que cometemos e reconhecê-los como nossos, sem hesitação, sem subterfúgios, para que melhor e mais rapidamente os possamos corrigir.

O nosso amor pela paz, pela liberdade, pela justiça, pelo progresso, fez de nós a geração do 25 de Setembro, os vitoriosos do 25 de Junho, aqueles que hoje se engajam com a certeza da vitória na luta pela criação do bem-estar.

É com esta determinação, é com esta vontade inabalável de vencer a miséria e o atraso que ergueremos mais alto ainda a bandeira da defesa dos interesses do povo, pela integridade da nossa pátria, pela vitória sobre o subdesenvolvimento e pela construção do socialismo.

A LUTA CONTINUA!

Muito Obrigado.